

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTANCIA  
COORDENAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
MUNICIPAL**

**JULIMAR TRAJANO LOPES**

**Tecnologia social como estratégia para o  
desenvolvimento local: uma análise do projeto Rosal da Liberdade**

**REDENÇÃO-CE**

**2016**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTANCIA  
COORDENAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
MUNICIPAL**

**JULIMAR TRAJANO LOPES**

**Tecnologia social como estratégia para o  
desenvolvimento local: uma análise do projeto Rosal da Liberdade**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

**ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. JEANNETTE FILOMENO POUCHAIN RAMOS**

**REDENÇÃO-CE**

**2016**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira**

**Direção do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)**

**Biblioteca Setorial Campus Liberdade**

**Catálogo na fonte**

**Bibliotecária: Silvana Maria Araújo Lima – CRB-3 / 960**

---

L864t      Lopes, Julimar Trajano.

Tecnologia social como estratégia para o desenvolvimento local: uma análise do projeto Rosal da Liberdade / Julimar Trajano Lopes. Redenção, 2016.

40 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos.  
Inclui Referências.

1. Políticas Públicas 2. Desenvolvimento Social 3. Tecnologia Social I. Título.

CDD 350

---

**JULIMAR TRAJANO LOPES**

**Tecnologia social como estratégia para o  
desenvolvimento local: uma análise do projeto Rosal da Liberdade**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do diploma de Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos – (Orientadora)**  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luma Nogueira de Andrade**  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clébia Mardônia Freitas Silva**  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais:  
Geralda Trajano Lopes  
Jose Lopes Mendes.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, pela oportunidade de me formar nessa instituição de cooperação solidária internacional.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos, por ter me orientado na realização deste trabalho.

À banca examinadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luma Nogueira de Andrade, e à Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Clébia Mardônia Freitas Silva, pela prontidão em aceitar o convite que lhes foi feito em reconhecimento às suas trajetórias acadêmicas e de militantes nos temas abordados nessa investigação.

Aos estudiosos das tecnologias sociais consultados em suas publicações para fundamentação teórica dessa pesquisa.

A todos os servidores da Secretaria Municipal de Educação e da Escola Maria Augusta pelo apoio na disponibilização das informações necessárias para essa pesquisa.

A todos os amigos que me auxiliaram nesse processo, especialmente, Jairo Lima e Ivanick Lopandza.

“Se almejamos outro tipo de sociedade, ou seja, um conjunto de relações sociais ainda não existente, é preciso incluir neste desejo uma tecnologia que seja distinta da dominante na sociedade atual.” (FONSECA, 2009, p. 145)

## RESUMO

As demandas impostas à gestão pública são complexas por não simplesmente exigirem habilidades técnicas, mas também competências políticas que amparadas na lei consigam atender o interesse público na resolução de problemas sociais complexos. As estratégias utilizadas pela gestão pública municipal variam segundo o *habitus* e competências que são inerentes aos gestores. Logo, os gestores públicos podem escolher tecnologias convencionais ou tecnologias sociais como estratégia de políticas públicas (FERNANDES, 2010; COSTA e DIAS, 2013; DAGNINO *et al.*, 2004; RUTKOWSKI; LIANZA, 2004). Assim, essa investigação discutirá a política pública Rosal da Liberdade (doravante RL) à luz do arcabouço teórico da Tecnologia Social. Para tal fim, adotam-se dois objetivos específicos: (i) discutir o conceito de tecnologia social e sua aplicação; (ii) Analisar a política pública educacional, Rosal da Liberdade, indagando se ele pode ser considerado uma Tecnologia Social. Metodologicamente, esse é um estudo de caso exploratório de abordagem qualitativa que adotou para a coleta de dados a pesquisa documental, bibliográfica e grupo focal; e para a análise e interpretação desses dados, o método de análise de conteúdo. Espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam para a discussão sobre a aplicação das tecnologias sociais na gestão pública como alternativas estratégicas para o desenvolvimento local de realidades sociais periféricas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Tecnologia social, política pública, desenvolvimento local.



## **ABSTRACT**

The demands imposed on public management are complex not simply require technical skills but also political powers that supported the law able to serve the public interest in solving complex social problems. The strategies used by the municipal public administration vary according to the habitus and skills that are inherent to managers. Thus, public managers can choose conventional technologies and social technologies as public policy strategy (FERNANADES, 2010; COSTA and DIAS, 2013; DAGNINO et al, 2004; RUTKOWSKI; LIANZA, 2004). Thus, this research will discuss public policy Rosal of Liberty (hereafter RL) to the theoretical framework of Social Technology. To this end, are adopted, two specific objectives: (i) discuss the concept of social technology and its application; (Ii) analyze the educational public policy, Rosal of Liberty, wondering if it can be considered a Social Technology. Methodologically, this is an exploratory case study of qualitative approach adopted to collect data to document research, literature and focus group; and the analysis and interpretation of data, the method of content analysis. It is expected that the results of this research contribute to the discussion on the application of social technologies in public management as strategic alternatives for local development of peripheral social realities.

**KEYWORDS:** Social technology, public policy, local development.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1:</b> Cartograma das escolas com anos finais do ensino fundamental em Redenção/Ce.....	22
---	----

## Lista de Quadros

<b>Quadro 1:</b>	Dimensões de Tecnologias Sociais.....	19
<b>Quadro 2:</b>	Projeto Rosal da Liberdade.....	24
<b>Quadro 3:</b>	Dimensões da TS aplicadas ao Rosal da Liberdade.....	28
<b>Quadro 4:</b>	Quadro síntese de análise de entrevistas.....	30
<b>Quadro 5:</b>	Quadro analítico de dados coletados no grupo focal.....	34

## **Lista de Siglas**

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RL – Rosal da Liberdade

SME – Secretaria Municipal de Educação

TA – Tecnologia Apropriada

TS – Tecnologia Social

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMARIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	TECNOLOGIA SOCIAL: COMPREENDENDO A EXPRESSÃO E CONTEXTOS PARA SUA APLICAÇÃO	15
3.	ANALISE DO PROJETO ROSAL DA LIBERDADE	18
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

## 1. INTRODUÇÃO

Diante de realidades sociais periféricas<sup>1</sup> marcadas por desigualdades sociais que comprometem o desempenho do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), há a necessidade constante de se discutir a resolução de problemas sociais. Esse debate social passa obrigatoriamente pela gestão pública que deverá pensar de forma estratégica tecnologias a serem desenvolvidas nos seus campos (Educação, Saúde, Meio Ambiente, dentre outros) para atuar na atenuação/resolução desses problemas.

Uma vez identificado o campo da gestão pública com a competência legal e que concentra os recursos e capacidades humanas para enfrentamento do problema social é definida a estratégia de enfrentamento do problema e assim vai se construindo o cotidiano de um gestor público, como agente tomador de decisões de interesse público.

O gestor pode concentrar para si e sua equipe técnica toda a responsabilidade de pensar a política pública de enfrentamento ao problema (caracterizando-se num planejamento técnico-burocrático weberiano<sup>2</sup>) ou pode receber participação cidadã nesse processo decisório, o que caracterizaria um modelo de gestão pública democrático participativo<sup>3</sup>, que é um modelo de gestão pública onde se implementam “arranjos participativos” que buscam viabilizar formas diretas de participação política do cidadão. (SILVA, 2010, p. 141)

Nesse rotineiro processo de tomada de decisão dentro da gestão pública, supõe-se que muitas alternativas estratégicas devem ser apresentadas e debatidas sob a orientação do *habitus*<sup>4</sup> de cada gestor público. Este processo envolve a consideração de aspectos como a eficiência econômico-financeira das alternativas e as convicções político-ideológicas dos tomadores de decisão. (BIN, 2007; PRÉVE, 2010)

---

<sup>1</sup> Para esse estudo, entende-se como realidade social periférica aquela que esteja entre as faixas 0,000 a 0,499 (muito baixo), 0,500 a 0,599 (baixo) e 0,600 a 0,699 (médio) do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Redenção/CE ocupa a faixa média de desenvolvimento humano municipal com 0,626 pontos no ranking IDHM, segundo Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal 2013.

<sup>2</sup> Recomendo leitura da obra *O que é a Burocracia: Max Weber*, publicado pelo Conselho Federal de Administração (CFA).

<sup>3</sup> Sobre gestão participativa recomenda-se a leitura de Cremonese (2012), Predebon e Sousa (2003), Rocha (2009), Tenório (1997) e Vaz (2011)

<sup>4</sup> *Habitus*: é um conceito entendido por Pierre Bourdieu como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. (SETTON, 2002, p. 61)

Os problemas sociais das realidades periféricas de que cuidam os gestores públicos como tomadores de decisão não são invisíveis ao cidadão comum nascido e criado nesses contextos podendo estes ajudar na resolução desses problemas contribuindo com propostas e participando de processos decisórios de políticas públicas. Logo, que estratégias a gestão pública pode usar para inclusão do cidadão no processo decisório de políticas públicas? Uma das alternativas possíveis para que o cidadão intervenha na gestão pública pode ser a Tecnologia Social (doravante TS).

Assim, nesse estudo se discutirá a política pública Rosal da Liberdade (doravante RL) à luz do arcabouço teórico da Tecnologia Social. E para tal fim, adotará os seguintes objetivos específicos: (i) compreender o que é a TS e sua aplicação; (ii) Analisar o projeto educacional Rosal da Liberdade indagando se ele pode ser considerado uma Tecnologia Social. Os dados coletados para essa investigação sobre o RL compreendem aos do ano letivo de 2015 da escola municipal Maria Augusta, em Redenção/CE.

Essa investigação se define metodologicamente como estudo de caso exploratório de abordagem qualitativa. Essa estratégia de pesquisa é usada quando se tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno/problema e explorar a realidade buscando conhecê-la para propor uma intervenção como resultado ou para servir ao planejamento de uma pesquisa descritiva. (DEUS, 2010; GIL, 2007; GODOY, 1995(7); FREITAS, 2011; ZANELLA, 2012)

Para alcançar o objetivo específico (i), os procedimentos metodológicos usados para coleta de dados foram pesquisa documental e bibliográfica. E para o objetivo específico (ii), a pesquisa documental, observação de campo, entrevista não-estruturada a agentes públicos que participaram da elaboração e implementação do RL, além de grupo focal com alunos que participaram do projeto Rosal da Liberdade no ano de 2015.

Os dados coletados foram interpretados a partir da análise de conteúdo, reconhecido método de análise e interpretação de dados, aplicado às Ciências Sociais Aplicadas (CAMARA, 2013; MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011; SILVA e FOSSÁ, 2013; SILVA *et all*, 2004). Todos os procedimentos metodológicos, da coleta e da análise e interpretação de dados, escolhidos para atingir o objetivo dessa pesquisa são amplamente recorrentes e aceitos no campo de pesquisa em Administração (BORGES, 2005; GERHARDT, 2009; GIL, 1997; GODOY, 1995(1); 1995(2); ZANELLA, 2012).

A escolha do projeto Rosal da Liberdade (RL) está relacionada ao momento por que passa a cidade de Redenção que recentemente, em 2010, recebeu a Universidade da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), instituição que nasce como materialização do combate ao racismo e autoafirmação da herança africana no Brasil (DIOGENES; AGUIAR, 2013). A escolha da escola Maria Augusta, por sua vez, se deu pela sua fácil acessibilidade e proximidade à UNILAB, enquanto a escolha do ano de 2015 por se tratar do último período de comunicação do projeto.

Na parte seguinte a essa introdução, há uma revisão de literatura sobre Tecnologia Social apresentando sua origem, suas características e alguns desafios impostos para sua aplicação como política pública. Atendida a revisão sobre TS's, parte-se em tópico seguinte para a análise do Rosal da Liberdade em quatro distintos procedimentos metodológicos.

O primeiro é uma análise de conteúdo dos objetivos e ações estratégicas planejadas no documento do projeto; o segundo procedimento tratou da análise desses objetivos e ações estratégicas segundo a relação deles com as dimensões que caracterizam Tecnologias Sociais.

Enquanto o terceiro se ocupa de uma análise de conteúdo feita a entrevistas realizadas junto aos agentes institucionais responsáveis pelo projeto na escola municipal Maria Augusta, no ano 2015. E por fim, o quarto procedimento é uma análise das narrativas de estudantes que participaram de um grupo focal contendo perguntas organizadas em dois eixos: “metodologia de planejamento e implementação do RL”, e “apreensão da compreensão crítica dos estudantes sobre o racismo”.

Espera-se com esses procedimentos responder se o Rosal da Liberdade pode ser definido como uma tecnologia social de combate ao racismo, além de contribuir ampliando os esforços acadêmicos de compreensão das tecnologias sociais e a importância estratégica delas para o desenvolvimento local.

## **2. TECNOLOGIA SOCIAL: compreendendo a expressão e contextos para sua aplicação**

A marca de exclusão e desigualdade social inerente ao modelo hegemônico de produção da tecnologia convencional<sup>5</sup> possibilitou o surgimento do movimento da Tecnologia Social na primeira década do século XXI, sob a tutela das agências das

---

<sup>5</sup> Tecnologia Convencional é o produto de uma lógica de produção linear e otimizada que atende ao modelo de produção capitalista. (BARBIERI, 2008, p.1070)



Nações Unidas, de governos e de parte da sociedade civil. Para Rodrigues e Barbieri (2008, p. 1070)

(...) as sequelas deixadas em termos de exclusão social e degradação ambiental, permitiu o ressurgimento do Movimento da Tecnologia Alternativa (Movimento TA)<sup>6</sup>, agora sob a denominação de Movimento das Tecnologias Sociais, com amplo apoio de agências das Nações Unidas, de governos e de parte da sociedade civil.

O Movimento da Tecnologia Social renova o arcabouço cognitivo utilizado no movimento da TA ao incorporar contribuições da teoria da inovação social. Isso significa que a contribuição da teoria da inovação social permite ao movimento da TS uma nova abordagem para os problemas sociais advindo do uso de tecnologias convencionais em países pouco industrializados.

A contribuição da teoria da inovação, ao contrário, permite entender que a tecnologia – e especialmente, pelas suas características, a TS – *só se constitui como tal quando tiver lugar um processo de inovação*, um processo do qual emerge um conhecimento criado para atender aos problemas que enfrenta a organização ou grupo de atores envolvidos. (DAGNINO, 2004, p. 17, *grifo nosso*)

E com a contribuição da abordagem sociotécnica orientada numa perspectiva construtivista<sup>7</sup>, esses problemas passam a serem vistos como um problema de inadequação sociotécnica.

A TS pensa o problema como uma inadequação sociotécnica, isto é, uma inadequação no processo interativo entre tecnologia e sociedade que gera fenômenos relacionais que denominamos problemas sociais. A tecnologia é o suporte a determinado estilo de sociedade. Se almejamos outro tipo de sociedade, ou seja, um conjunto de relações sociais ainda não existente, é preciso incluir neste desejo uma tecnologia que seja distinta da dominante na sociedade atual. (FONSECA, 2009, p. 145)

Essa nova contribuição teórica ao movimento permite a definição da Tecnologia Social como “produto, técnica e/ou metodologia replicáveis, desenvolvidas na

---

<sup>6</sup> Movimento TA: Esse movimento se tratava de um conjunto de “diversas propostas e concepções tecnológicas genericamente denominadas tecnologias apropriadas que foram desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970.” (BARBIERI, 2008, p.1070)

<sup>7</sup> Classicamente o construtivismo reporta à obra de Jean Piaget, no contexto teórico dos processos cognitivos. O grande psicólogo suíço sistematizou o enfoque, compartilhado pela maioria dos construtivistas, que consiste na hipótese mestra de que não existem estruturas cognitivas inatas, sendo estas construídas pelo sujeito, no decorrer de suas ações no meio. (ARENDRT, 2003, p. 5)

interação com a comunidade e que *representem efetivas soluções de transformação social.*” (COSTA, 2013, p. 22, *grifo nosso*)

Assim, a TS se apresenta como uma proposta que busca a partir da situação ambiente interativa dos agentes, a construção de tecnologias que contribuam para superação desses fenômenos relacionais, advindos de uma inadequação sociotécnica, que convencionou chamá-los de problemas sociais (violência, analfabetismo, racismo, xenofobia, dentre outros). Ou seja, é condição *sine qua non* que os agentes locais construam a método e os processos necessários para construção da TS e através de seu uso e aperfeiçoamento superem tais problemas.

Todavia, a TS enfrenta desafios para ser implementada. Um deles é a *inadequação cognitiva* (Dagnino, 2004) dos planejadores de políticas públicas, acostumados ao modelo técnico-burocrático de planejamento. No entanto, esse desafio não é um impedimento absoluto à implementação de Tecnologias Sociais no campo educacional, dado que a descentralização da gestão é uma característica do modelo gerencialista de educação. Assim, cabe aos formuladores de política pública decidir pelo uso da tecnologia que lhe convir, segundo seus *habitus*. Entretanto, essa discricionariedade remete à inadequação cognitiva desses agentes, que podem não estar abertos ao uso de TS's como alternativas estratégicas para resolução de problemas.

Dagnino (2004), ao tratar dos desafios impostos à TS, foi quem cunhou esse conceito de *inadequação cognitiva* para explicar a situação de alienação vivida pelos formuladores de política pública que ignoram a alternativa da tecnologia social por estarem condicionados às tecnologias convencionais. O uso de TS's no campo educacional faz-se mais estratégico à medida que elas implicam em processos participativos com mobilização da comunidade escolar para resolução de problemas sociais, o que implica numa construção coletiva de cidadania<sup>8</sup>.

Todavia, para um agente público desenhar uma política pública que seja caracterizada como tecnologia social, o caráter técnico burocrático do planejamento dessa política deve ceder espaço para a *participação comunitária* (FERNANDES, 2010, p. 09; COSTA e DIAS, 2013, p. 226) através da *inovação* (FERNANDES, 2010, p. 09;

---

<sup>8</sup> Cidadania: A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida”. (Marsahll, 1949: 76 in Lavalle, 2003, p.4)

DAGNINO *et all*, 2004, p. 33) com *apropriação intensiva das capacidades locais* (DAGNINO, 2004, p. 07, 09; COSTA e DIAS, 2013, p. 226) de modo que a tecnologia produzida seja de *fácil implementação e manutenção* (DAGNINO, 2004, p. 07 – 09; RUTKOWSKI e LIANZA, 2004, p. 176) e não acarrete prejuízo à *diversidade socioambiental* (DAGNINO *et all*, 2004, p. 33; FERNANDES, 2010, pp. 09, 35; RODRIGUES e BARBIERI, 2008, p. 08), ou seja, a tecnologia social deve ser produzida a partir de técnicas manipuláveis pelos agentes locais e adaptáveis sem prejuízo à realidade socioambiental local.

Quadro 1: Dimensões de Tecnologias Sociais

#### **Dimensões presentes em Tecnologias Sociais**

- Inovação;
- Apropriação intensiva das capacidades locais;
- Participação comunitária nos processos decisórios;
- Simplicidade de implementação e manutenção;
- Respeito à diversidade socioambiental.

Fonte: Elaboração própria.

A natureza transversal da dimensão participativa na caracterização das tecnologias sociais busca garantir a eficácia das TS's na resolução de um problema social. Assim, a compreensão crítica do problema social deve ser construída pelos agentes implementadores junto ao público-alvo da TS através de processos participativos como forma de se garantir a eficácia da mesma.

O momento a seguir trata da análise da política pública Rosal da Liberdade e está organizado em três fases complementares: breve descrição do significado estratégico dessa política no contexto de Redenção/Ce; seguido de uma *análise de conteúdo* das narrativas institucionais construídas sobre o projeto. E, por fim, a análise de conteúdo das narrativas de estudantes sobre o projeto.

### **3. ANALISE DO PROJETO ROSAL DA LIBERDADE**

A cidade de Redenção é reconhecida pelos seus munícipes como uma cidade de grande valor histórico quando se fala de libertação do povo negro escravizado no Brasil. Estrategicamente, desde o ano de 2014, através do projeto Rosal da Liberdade (RL), a gestão municipal de educação de Redenção/Ce tem se valido desse capital histórico da

cidade para promover ações de desenvolvimento de uma consciência de respeito aos direitos humanos, particularmente, tratando da diversidade étnico-racial e da promoção do multiculturalismo.

Mas por que “Rosal da Liberdade”? Esse nome foi como ficou conhecida a cidade de Redenção após ter abolido oficialmente o regime escravocrata em 1883, ou seja, 5 anos antes da abolição nacional dada pela Lei Áurea decretada pela princesa Isabel, em 1888. Por esse fato histórico, o cidadão redencionista considera sua cidade como pioneira na libertação do povo negro no Brasil e se orgulha disso pelo que se percebe nos dizeres rupestres gravados no Obelisco da praça central onde se anuncia a “Homenagem do povo redencionista aos seus bravos antepassados que, a 1 de janeiro de 1883, antes que todos no Brasil, proclamaram a liberdade da raça negra e fizeram de sua terra o berço das Auroras e a primeira fâsca de heroísmo atirada aos ventos do futuro”.

Ao que se percebe numa caminhada pelas ruas da cidade, os redencionistas registraram sua história abolicionista em monumentos e espaços públicos como a Negra Nua, o Obelisco como símbolo da Abolição localizado na praça central, Estátua do Negro Liberto e no Museu Público. Todavia, propriedades privadas também fazem uso desse capital simbólico, ao que se vê nos exemplos do Museu da Douradinha, o Hotel Gurguri, Supermercado Abolição, Supermercado Redenção e a Rádio Comunitária Rosal da Liberdade.

Desde 2010, soma-se a esse capital simbólico de Redenção (CE), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB)<sup>9</sup>. Um recurso que vem desenvolvendo as capacidades locais<sup>10</sup> à medida de que a população tem acesso facilitado ao ensino superior (UNILAB) e de que os profissionais da gestão pública municipal conseguem capacitação técnica nos cursos oferecidos por ela através das pós-graduações na área de gestão oferecidas pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Esse novo perfil urbano que Redenção está ganhando, que amplia a sua demografia com a presença de uma diversidade humana nacional e internacional, cria a

---

<sup>9</sup> UNILAB: é uma universidade pública voltada à integração internacional com países da comunidade lusófona, em especial, os países africanos. (ver site <http://www.unilab.edu.br/>)

<sup>10</sup> O desenvolvimento de capacidades pode ser definido numa concepção dinâmica como um esforço para mudar as regras da sociedade, situações e padrões de comportamento, seus níveis e quantidades de capital social e sua habilidade para responder, adaptar-se e disciplinar-se a si mesma. Capacidade neste sentido diz respeito à auto-organização de uma sociedade e à disposição, visão, coesão e aos valores para a promoção do progresso ao longo do tempo. Se for assim, então a participação, apropriação, compromisso, liderança e responsabilização do Estado tornam-se princípios subjacentes cruciais para o desenvolvimento de capacidades que acontece em três níveis individual, institucional e organizacional. (MORGAN, 1999 in LOPES, 2005, p. 45)

necessidade de se pensar formas estratégicas de construir a sociabilidade dessa diversidade nesse espaço urbano de forma a que não se tenha agravado os problemas sociais já existentes.

Os benefícios que a UNILAB vem trazendo à população local são perceptíveis pela ampliação do número de serviços por que passou essa cidade nesses últimos seis anos (de 2010 a 2016), apesar disso não se pode ignorar fatos indesejáveis sentidos pela população e que estão sendo associados à presença dos alunos da UNILAB. E a título de exemplo de tais fatos é possível citar a especulação imobiliária<sup>11</sup> que vem causando a migração (expulsão) dos redencionistas para áreas mais precárias de infraestrutura afastadas do centro da cidade, além de gerar comprometimento das condições de vida por causa da perda do poder aquisitivo a aqueles que “migraram” e aos que permanecem residindo na zona urbana da cidade.<sup>12</sup>

Essa relação de causa-efeito criou um sentimento comum em parcela dos munícipes, não favorecidos pela especulação, de que os estudantes da UNILAB são responsáveis por esse aumento de preços, levando a manifestações xenofóbicas e racistas contra parcela da comunidade estudantil mais vulnerável, os estudantes negros internacionais<sup>13</sup>. Essas manifestações instalaram uma convivência ambígua entre narrativas, de um lado se tinha o discurso de tolerância (promovido por ações de instituições públicas como escolas, universidade) e noutro o discurso da intolerância (promovido por parcela dos redencionistas).

Para enfrentar esse fenômeno social, a gestão pública municipal através da secretaria municipal de educação inovou reforçando suas ações de afirmação étnico-racial através da criação do projeto Rosal da Liberdade que nasce em momento oportuno para fazer frente a discursos de intolerância que comprometiam a segurança da sociabilidade urbana<sup>14</sup> local.

Logo, ocupar-se com a análise do projeto Rosal da Liberdade, política pública voltada à conscientização do combate ao Racismo e à promoção do multiculturalismo, é pensar em uma proposta de *desenvolvimento local* que se dá através de estratégias que

---

<sup>11</sup> Essa especulação pode ser explicada pelo princípio da autorregulação do Mercado que usando a Lei da demanda e da Oferta tenta explicar o aumento de preços diante de realidades com aumento do fluxo monetário.

<sup>12</sup> Essas são registros extraídos de observação de campo e conversa informal com a porteira da escola Maria Augusta.

<sup>13</sup> Esses são registros de observações de campo junto à estudantes negros e africanos.

<sup>14</sup> Sociabilidade urbana: são espécies de espaços comunicacionais onde através da interação entre grupos, redes, indivíduos, se definem e redifinem simbolicamente certas diferenças socioculturais. (FRÚGOLI JR, 2007, p. 25)

asseguem o desenvolvimento das capacidades humanas. Desenvolvimento que, por sua vez, está entendido nesse estudo como um “processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.” (PNUD, 2013, p. 13).

Nesse conceito, o uso do qualificador *local* ganha diferentes entendimentos, enquanto para alguns especialistas, ele representa uma reformatação do discurso das agências de desenvolvimento, públicas e privadas, para captação de recursos financeiros. Para outros, sinaliza para uma alternativa eficaz de melhoramento das condições de vida das comunidades, por meio de processos que buscam dotá-las de maior capacidade de gestão e de administração de seus próprios recursos e potencialidades. (TABOSA et all, 2016)

Tabosa *et all* (2016, p. 3, grifo nosso) definindo o desenvolvimento local acrescenta que a sua característica endógena impõe que ele seja participativo e que essa participação local significa:

(...) dar às pessoas maiores oportunidades de participação efetiva, nas atividades de desenvolvimento. *Isso significa proporcionar condições para que elas mobilizem seu próprio potencial, sejam agentes sociais em vez de sujeitos passivos, gerenciem seus recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam suas vidas. A abordagem participativa envolve as pessoas no processo de seu próprio desenvolvimento.*

Num esforço de promover esse desenvolvimento local endógeno e participativo, a Secretaria Municipal de Educação contrata, em 2014, com recursos do Fundo Nacional da Educação Básica - FUNDEB, o Instituto Prisma de Desenvolvimento Humano<sup>15</sup> (IPDH), para criar um projeto que atenda às Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Desse financiamento nasce o projeto Rosal da Liberdade que amplia as ações de combate ao racismo e de promoção do multiculturalismo na rede municipal de ensino. Essa política está identificada no seu projeto de constituição pelo título Projeto Rosal da Liberdade - Diversidade e Cidadania na Escola / Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08, abrangendo as escolas que oferecem o ensino fundamental (6º ao 9º anos) no Município de Redenção e tendo por responsável

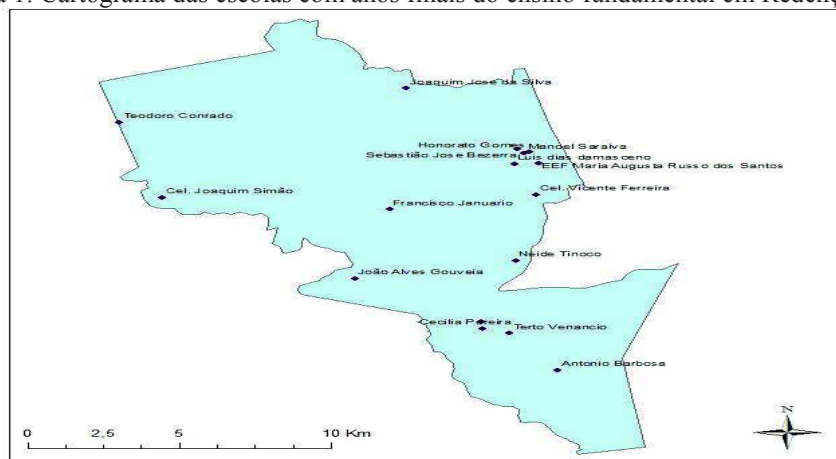
---

<sup>15</sup> Instituição sem fim econômico criada em 2004 e constituída de professores, linguístas e operadores de direitos humanos. (ver site <http://www.ipdh.com.br/>)

pela elaboração Sávio Figueiredo (IPDH) e por responsável técnico a Secretaria Municipal de Educação de Redenção - CE.

Geograficamente, o alcance desse projeto está distribuído no território de Redenção nas escolas que oferecem os anos finais do ensino fundamental. Na zona urbana, essas escolas são a Honorato Gomes, Sebastião José Bezerra, Luís Dias Damasco, e Maria Augusta Russo dos Santos (Redenção, sede); Cecília Pereira e Terto Venâncio (Antônio Diogo, distrito de Redenção). Na zona rural, por sua vez, estão as escolas Joaquim José da Silva, Teodoro Conrado, Cel. Joaquim Simeão, Francisco Januário, João Alves Gouveia, Neide Tinoco, (Redenção) e a escola Antônio Barbosa (Antônio Diogo). O cartograma abaixo permite uma noção de como estão distribuídas essas escolas no território de redenção.

Figura 1: Cartograma das escolas com anos finais do ensino fundamental em Redenção/Ce



Fonte: Elaboração própria

O número de estudantes cursando entre o 5º ao 9º ano presentes nessas escolas é de 1.715, isso significa que o projeto alcança 1.715 estudantes de forma direta. Este projeto tem por natureza estratégica o desenvolvimento local endógeno a partir da promoção de uma cultura de combate ao racismo e de respeito e valorização do diversidade social presente nessa cidade, especialmente, por ter jovens de várias países que vieram para estudar na UNILAB.

Essa natureza estratégica está explícita no documento constituinte do projeto Rosal da Liberdade que se propõe a desenvolver por meio de métodos participativos o respeito às capacidades locais e o estímulo à participação da comunidade escolar

respaldando-se teórico-metodologicamente na pedagogia de Paulo Freire<sup>16</sup>, dito isso segue-se ao **primeiro procedimento** de análise do projeto Rosal da Liberdade.

Ao analisar o documento que constitui o projeto (RL), percebe-se que, no plano formal, ele se define como uma ação inovadora destinada aos alunos, pais e professores da rede básica de ensino fundamental de Redenção/CE. Reiteradas vezes essa inovação é reivindicada ao longo do texto constituinte do RL como, por exemplo, quando afirma:

“elaboramos este projeto visando implementá-lo nas escolas da rede básica municipal de ensino como uma *ação inovadora* para trabalhar não só a cultura afro-brasileira e indígena no currículo de história, mas também outros valores no princípio na diversidade (multiculturalismo).” (REDENÇÃO, 2014, p. 5, *grifo nosso*).

Nas citações abaixo se têm mais exemplos dessa reivindicação, onde se evidenciam o interesse de uma construção participativa com respeito às capacidades locais objetivando a transformação social:

realizar um conjunto de ações educacionais voltadas para a *construção de valores e virtudes embasados na diversidade e cidadania*, promovendo um processo educativo, com permanente *avaliação crítica, adequação dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos educandos em ações concretas de transformação social* (REDENÇÃO, 2014, p. 5, *grifo nosso*)

A coordenadora do núcleo gestor de projetos da secretaria municipal de educação (SME), ao tratar da capacitação do corpo docente para implementação das ações do Rosal, diz que há um acompanhamento contínuo do trabalho desenvolvido pelos professores para garantir que a implementação se dê segundo as orientações políticas do projeto. Além desse acompanhamento contínuo, também há quatro momentos anuais de capacitação continuada para os professores oferecidos pela SME, através de assessoria contratada junto ao Instituto Prisma de Desenvolvimento Humano (IPDH).

Essa orientação político-pedagógica do projeto ganha contorno formal à medida que são definidos, pelo corpo técnico da SME e do IPDH, os objetivos e ações estratégicas que a materializam. No quadro 2 abaixo, estão postos os objetivos específicos correlacionando-os às suas respectivas ações estratégicas. Todavia, é

---

<sup>16</sup> Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais. Para ele, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação.



importante dizer que há outros objetivos e ações estratégicas, mas por conveniência dos objetivos dessa pesquisa foram tomados apenas aqueles que competem para análise do projeto Rosal da Liberdade à luz do arcabouço teórico da Tecnologia Social.

Quadro 2: Projeto Rosal da Liberdade

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Ações estratégicas</b>
<p>2.1 - Apoiar e incentivar o desenvolvimento de instrumentos, metodologias e tecnologias para subsidiar as práticas e educação para a <i>cidadania</i> como parte do <i>desenvolvimento cultural do educando</i>;</p> <p>2.2 - Incentivar a realização de campanhas educativas de caráter mobilizador, envolvendo a <i>participação individual e coletiva da comunidade</i>;</p> <p>2.3 - Promover o fortalecimento das ações direcionadas a implantação das Leis 10.639/03 e 11.645/08</p>	<p><b>2.0 - AÇÃO 3</b> - Será realizado durante o exercício de 2015 uma gincana cultural “Gincana do Rosal”, com o objetivo de integrar os alunos de diversas escolas por meio de divulgação dos trabalhos construídos durante o ano; jogos lúdicos, festival de talentos e olimpíadas de produção de gêneros textuais, atribuindo uma premiação para os melhores trabalhos.</p>
<p>3.1 - Instrumentalizar o pessoal do magistério para incorporar conteúdos de educação para a <i>diversidade no processo de ensino / aprendizagem</i>;</p>	<p><b>3.0 - AÇÃO 4</b> - Será elaborado uma coletânea de produções dos alunos sobre o tema diversidade e cidadania - cultura afro e cultura indígena, com critérios pré- estabelecidos pelos coordenadores e técnicos da secretaria de educação</p>
<p>4.1 - Estimular a organização e a <i>participação de alunos, pais e professores</i> através de diversas ações educativas;</p>	<p><b>4.0 - AÇÃO 7</b> - Será realizado um ciclo de palestras junto aos pais sobre a importância de se trabalhar as Leis 10.639/03 e 11.645/08, visando prevenir o racismo e o preconceito, além de sensibilizar os pais sobre a importância do projeto.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Esses objetivos do projeto revelam reiteradas vezes uma ênfase nos princípios do multiculturalismo, este por sua vez, é uma expressão que designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou grupos caracterizados por características diferentes no seio de sociedades modernas (SANTOS e NUNES, 2003, p. 3), através de palavras como *diversidade, cidadania, democracia, pluralidade cultural, desenvolvimento sociocultural, cidadania, participação individual e coletiva da comunidade, educação para a diversidade*.

Todas essas são palavras que compartilham o campo conceitual<sup>17</sup> do multiculturalismo. A identificação desse campo conceitual na narrativa do projeto se faz relevante por apontar para as dimensões das Tecnologias Sociais, pois como já fora visto uma das características das tecnologias sociais é o respeito à diversidade socioambiental.

O **segundo procedimento**, ainda no plano formal, é a análise do documento do projeto a partir das dimensões presentes em Tecnologias Sociais que são, segundo Barbieri e Fernandes (2008), Costa (2013) e Dagnino (2004): *Inovação* - relaciona-se à transformação social que a tecnologia pode promover; *Apropriação das capacidades locais* - uso de recursos e de capacidades locais para implementação da tecnologia; *Simplicidade de implementação e manutenção* - relaciona-se à disponibilidade de recursos e de capacidades locais que garantam a efetivação da tecnologia a baixo custo; *Respeito à diversidade socioambiental* - diz respeito à promoção do respeito à diversidade social e ao meio ambiente e por fim a *participação comunitária no processo decisório* - participação do público alvo nos processos deliberativos do projeto.

Quadro 3: Dimensões da TS aplicadas ao Rosal da Liberdade.

<b><i>Inovação:</i></b>	<b><i>Apropriação das capacidades locais:</i></b>
2.1 - Apoiar e incentivar o desenvolvimento de instrumentos, metodologias e tecnologias para subsidiar as práticas e educação para a <i>cidadania</i> como parte do <i>desenvolvimento cultural</i> do	4.1 - Estimular a organização e a <i>participação de alunos, pais e professores</i> através de diversas ações educativas;

<sup>17</sup> Campo conceitual nasce da Teoria do Campo Conceitual, desenvolvida por Vergnaud, e é definido como um conjunto de problemas e situações cujo tratamento requer conceitos, procedimentos e representações de tipos diferentes, mas intimamente relacionados (VERGNAUD, 1983b, p. 127 in MOREIRA, 2002, p. 09)

---

*educando;*

***Simplicidade de implementação e manutenção:***

3.1 - Instrumentalizar o pessoal do magistério para incorporar conteúdos de educação para a diversidade no processo de ensino / aprendizagem;

***Respeito à diversidade socioambiental:***

1.3 - Adequar o currículo da rede municipal de ensino, no desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a diversidade e o multiculturalismo.

***Participação comunitária no processo decisório:***

4.1 - Estimular a organização e a participação de alunos, pais e professores através de diversas ações educativas;

---

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, o projeto Rosal da Liberdade possui objetivos que contemplam as dimensões fundamentais para classificação de uma Tecnologia Social, segundo Dagnino (2004), Barbieri e Fernandes (2008) e Costa (2013).

E atentando para cada dimensão particularmente o que se percebe é que quanto à *Inovação*, o objetivo específico planejado encontra correspondência em ação estratégica que promove a inovação no campo educacional através de gincana cultural e jogos lúdicos, por exemplo. Quanto a *Apropriação das capacidades locais*, por sua vez, há objetivos voltados à participação de professores, pais e estudantes nas ações como estratégia de apropriação do projeto pela comunidade escolar correspondendo em ações estratégicas do tipo palestras de conscientização dos pais e toda comunidade escolar sobre a importância de se trabalhar o respeito à diversidade para o desenvolvimento sociocultural dos estudantes e uma sociedade livre de discriminações, especificamente, a étnico-racial.

Em relação à *Simplicidade de implementação e de manutenção* que trata da disponibilidade de recursos e capacidades locais para implementar e manter a tecnologia funcionando, percebe-se a proposição de formação continuada de professores, mas também de ações comunitárias com a participação de estudantes e pais para apropriação do Rosal como uma política importante para o desenvolvimento local. Já a dimensão que trata do *Respeito à diversidade socioambiental*, que diz respeito à promoção do respeito à diversidade social e ao meio ambiente, está contemplada no RL pela adequação do currículo da rede municipal de ensino ao desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a *diversidade e o multiculturalismo*, de forma a integrar e

promover no currículo escolar os valores culturais e a memória de minorias historicamente excluídas da sociedade brasileira como os negros e os índios. E finalizando, a *Participação comunitária no processo decisório*, que é a participação do público alvo nos processos deliberativos da política, percebe-se que o item 4.1 é uma proposição de estímulo à organização e a *participação de alunos, pais e professores* através de diversas ações educativas.

O **terceiro procedimento**, por sua vez, trata-se de analisar o RL a partir das narrativas de seus agentes institucionais implementadores, a coordenadora pedagógica e a professora de história, ambas atuantes no período de 2015, na Escola Municipal Maria Augusta. Essa análise se dá a partir da correlação entre essas narrativas e as dimensões caracterizantes de tecnologias sociais, ou seja, se buscará evidenciar as dimensões de tecnologias sociais no RL a partir das narrativas institucionais coletadas.

Quadro 4: Quadro síntese de análise de entrevistas

<b><i>Dimensões que caracterizam TS</i></b>	<b><i>Fala de entrevistadas</i></b>
<b><i>Inovação</i></b>	<p>O Rosal da Liberdade foi trabalhado em forma de “Gincana Cultural”, onde <i>cada turma do 6º ao 9º adotou uma personalidade negra, assim as turmas não se chamavam mais por 6º ou 9º como era, mas por nomes de personalidades negras como Nelson Mandela, Zumbi, etc.</i> Cada turma precisou internalizar essa nova identidade e competir entre si para que a melhor apresentação fosse escolhida para a culminância. (coordenadora pedagógica, 2016) (grifo nosso)</p>
<b><i>Apropriação das capacidades locais</i></b>	<p>Todas as turmas da escola participaram da gincana sob a orientação de um professor e foi uma orientada por um professor de matemática que venceu contrariando o senso comum de que os professores de exata não se interessam pela ciências humanas. (coordenadora pedagógica, 2016) (grifo nosso)</p>
	<p>A escola, através dos seus estudantes, <i>traz a comunidade para participar das aulas de história, por exemplo, os alunos vão à universidade e fazem o convite aos estudantes africanos</i></p>

---

da UNILAB para eles palestrarem sobre a história do seu país. (professora de história, 2016) (grifo nosso)

***Simplicidade de implementação e manutenção***

Para essa implementação *os professores da escola passam por uma formação continuada nas escolas*, enquanto os professores de história vão para o núcleo gestor para uma formação própria que é conduzida pelo assessor (IPDH) contratado pela secretaria de educação. *Os alunos são sujeitos ativos no planejamento de como implementar o projeto na escola.* (professora de história, 2016) (grifo nosso)

***Respeito à diversidade socioambiental***

*É um projeto riquíssimo de aspectos culturais como língua, costumes, religião, história, culinária, dança, dos significados dos desenhos que eles usam nas roupas.* É gratificante saber que os estudantes estão aprendendo muito mais do que imaginam porque eles estão aprendendo os significados do outro. (professora de história, 2016) (grifo nosso)

***Participação comunitária no processo decisório***

O projeto Rosal da Liberdade é muito abrangente e envolve todo o público alvo inclusive os familiares (...) os familiares participam de forma indireta, né (coorfenadora pedagógica, 2016)

Olha não sei se é por que a gente se impõe muito. Assim, o que a gente vamos fazer? O tempo tá se esgotando! Que eles acabam se voltando mesmo a querer fazer aquilo, e assim a ajudar o professor a botar aquilo tudo em prática (...) É uma rotina intensa e o alunos se envolvem ali com o seu professor, eles se envolvem mesmo. (professora de história, 2016) (sic)

---

Fonte: Elaboração própria.

Sobre o eixo *inovação*, está explicitado na fala da coordenadora que o RL trouxe inovação para a dinâmica de ensino da disciplina de história à medida que os alunos adotaram na gincana cultural a personificação de suas turmas inspirando-se em personalidade negras (Mandela, Zumbi). Segundo a coordenadora pedagógica essa inovação trouxe para o ambiente escolar uma mobilização de apropriação da história dessas personalidades no sentido afirmativo de suas memórias. Também é importante que se diga que essa foi uma estratégia adotada na escola Maria Augusta, mas cada

escola tem plena autonomia para desenvolver sua própria metodologia, segundo a coordenadora pedagógica.

Segundo as entrevistadas, a realização dessa gincana cultural exigiu uma mobilização de estudantes e professores o que implicou numa *apropriação das capacidades locais* que se empenharam por produzir gêneros textuais como poemas biográficos em homenagem às personalidades negras. Todo esse conteúdo produzido na gincana cultural foi orientado em cada turma por um professor diferente, essa metodologia trouxe para o projeto professores de todas as outras disciplinas, promovendo a participação e envolvimento da comunidade escolar na produção da gincana cultural do RL. E para demonstrar o caráter interdisciplinar no planejamento e implementação dessa ação na escola Maria Augusta durante o ano de 2015, a coordenadora pedagógica foi enfática ao dizer que a turma que venceu a gincana cultural em 2015 foi orientada por um professor de matemática<sup>18</sup>.

Pelas falas das entrevistadas, percebe-se que no eixo de *simplicidade de implementação e manutenção*, a capacitação dos professores somada a participação dos estudantes no planejamento e implementação do Rosal na escola Maria Augusta implica na inferência de que a escola usou os recursos e capacidades locais para garantir a efetivação dessa política pública preferindo inovar a partir da criatividade dos agentes locais e dos diversos recursos pedagógicos disponíveis nessa escola. A coordenadora pedagógica da escola Maria Augusta, tratando sobre a autonomia das escolas na execução do RL, afirma que houve escolas da rede municipal que contaram com a participação de pai de santo<sup>19</sup> por que na localidade delas havia terreiros, mas como esse recurso não estava disponível para a escola Maria Augusta preferiu-se trabalhar com a participação de alunos africanos da UNILAB, uma estratégia também não onerosa e simples de se efetivar.

Após analisado a dimensão simplicidade de implementação e manutenção, essa análise se encaminha para a dimensão *respeito à diversidade socioambiental*. Nesse sentido, a seguinte fala da professora de história sobre o RL é reveladora, ela afirma: “o rosal da liberdade é um projeto riquíssimo de aspectos culturais como língua, costumes, religião, história, culinária, dança, etc”. A inferência que se tem dessa fala é que os alunos e também os professores promoveram uma aprendizagem mútua à medida do

---

<sup>18</sup> Infelizmente, esse professor já não atua na rede municipal de educação o que dificultou e inviabilizou entrevista ao mesmo.

<sup>19</sup> Pai/Mãe de santo é a autoridade máxima de um terreiro de culto afro-brasileiro a quem todos os filhos e seguidores prestam reverência. (FEITOSA, 2013)

contato vivido com aspectos da cultura negra afro-brasileira e africana presentes no município de Redenção/Ce.

Essa inferência dialoga com as evidências narrativas sobre a dimensão da *participação comunitária no processo decisório* identificadas nas falas da professora de história que diz que os alunos “acabam se voltando mesmo a querer ajudar o professor a botar tudo em prática” o que implica participação no processo de tomada de decisão de como aplicar a política educacional. Quando a professora diz que há uma *rotina intensa* dos estudantes, sugere a inferência de que existe uma mobilização intensa de ânimos para implementação das ações do RL. Logo, percebe-se que a dimensão parece estar contemplada na narrativa institucional sobre os processos inerentes a política estudada.

Esses três primeiros procedimentos analíticos aplicados ao projeto Rosal da Liberdade revelam narrativas institucionais afins entre si. No primeiro procedimento analítico foi revelado que o projeto Rosal da Liberdade adota o campo conceitual do multiculturalismo como orientação política para formulação de seus objetivos e ações estratégicas que são desenhadas por equipe técnica composta por agentes públicos (SME) e privado sem fins econômicos (IPDH). Enquanto, o segundo e terceiro procedimentos analíticos revelam narrativas institucionais marcadas por dimensões caracterizantes de Tecnologias Sociais.

Em continuidade à análise do projeto, faz-se necessário perceber se o RL, no plano da práxis, confirma os resultados identificados no plano das narrativas institucionais apresentando-se como uma efetiva solução com transformação social diante do problema social do racismo, pois segundo Costa (2013, p. 22) a efetividade da solução oferecida por uma prática é outra característica fundamental para definição dela como Tecnologia Social. E para se verificar essa efetividade é necessário ir ao principal público alvo do projeto (os estudantes) e analisar qual a compreensão crítica deles em relação ao racismo depois de terem passado pela experiência do Rosal da Liberdade.

Esse último procedimento é importante porque somente foram investigados os aspectos formais e as narrativas institucionais até agora. E por causa da inerente incompletude dos resultados obtidos nas análises das narrativas institucionais é que o procedimento adiante se ocupará de perceber a compreensão crítica sobre o racismo adquirida pelos estudantes depois de participarem no RL.

**Nesse último procedimento** metodológico adotado para responder se o Rosal da Liberdade é uma tecnologia social, é desenvolvida uma análise no plano da *práxis*, ou seja, perceber como o projeto tem alterado a compreensão crítica dos estudantes sobre o

racismo efetivamente, para tanto foi aplicado um grupo focal desenvolvido junto a um grupo de 5 estudantes (3 alunos e 2 alunas) de três turmas diferentes que participaram das ações do RL em 2015.

Os discentes participaram dos dois anos de RL (2014-2015) pela escola municipal Maria Augusta e por isso baseando-se no elevado grau de participação anunciado nas narrativas institucionais já analisadas no plano formal, espera-se desses estudantes uma compreensão crítica do racismo como problema social crônico da realidade brasileira.

Como público-alvo das ações desse projeto, a análise das falas desses sujeitos é decisiva no sentido da definição do RL como TS por que nelas será possível verificar se as dimensões da TS estão contempladas efetivamente. Logo, nessa análise será dado ênfase a identificação dessas dimensões a partir de perguntas orientadas em dois eixos “a metodologia de formulação e implementação adotadas pelo projeto” e “qual a compreensão deles sobre o racismo?”.

A partir dos esclarecimentos acima é possível seguir com o processo de análise dos dados coletados no grupo focal. Eles serão postos no quadro analítico abaixo dividido nas partes de “Metodologia de planejamento e de implementação do Rosal da Liberdade”, parte relacionada a identificar a participação dos estudantes participantes do grupo focal nas ações desenvolvidas pelo projeto Rosal da Liberdade no ano de 2015, e “Compreensão crítica do Racismo”, que diz respeito à efetividade da transformação social alcançada pelo aprofundamento da compreensão crítica dos estudantes em relação ao problema social tratado – o racismo.

Quadro 5: Quadro analítico de dados coletados no grupo focal.

Eixos de Perguntas	Respostas
1 - Metodologia de planejamento e de implementação do Rosal da Liberdade	<p><b>Eban<sup>20</sup>:</b> Teve muitos projetos que a gente trabalhamos para poder trabalhar o projeto, né. Mas num teve aquele negócio de pegar no pé, né. Foi só uma pesquisa sobre o negro, sobre a cultura do negro, como ele vive, né. Mas eu fico meio assim né, porque a gente não pegou a parte mais pobre dele não, a gente só pegou a parte que ele é mais valorizado por isso eu acho que eles (professores) esqueceram uma parte, assim eu to meio em duvida, e não foi todos nós que trabalhemos cada um ficou numa função diferente pelo pouco que eu entendi.” (sic) (Estudante que concluiu o 9º ano na Escola Maria Augusta, em 2015)</p> <p><b>Akoma:</b> Eu inclusive dancei, teve festas, foi</p>

<sup>20</sup> Os nomes atribuídos aos estudantes são fictícios e correspondem a nomes de símbolos adinkras de cultura africana tendo cada um seu significado próprio. Ver site <http://bit.ly/2cuLH6l>



ensinada um pouco da vida deles (negros africanos). (sic) (Estudante de 9º)

**Akoban:** A minha memória não veio não. *Que eu lembro mesmo foi só dançar, representar o índio., trabalhamos a musica deles (negro).* (sic) (Estudante de 9º)

**Eban:** *Eu acho que eles vivem meio excluído da sociedade, eles não vivem em conjunto no meio da sociedade porque muitos a gente vê na televisão os índios fazendo guerra sobre os terrenos deles. E eles (Estado) não dão os direitos deles. Os índios tentam entrar em contato com a sociedade civilizada, mas só que a população brasileira tipo assim uns 80% num deixa né, renega eles por causa da raça.* (sic)

**Akoma:** Tem poucos [apresentadores negros na TV], tem aquela menina do tempo que fizeram uma *brincadeira besta* com ela. (sic)

**Eban:** Gente branca, tem um outro negro mas é pouco. Eles (negro) são mais afastados da civilização são mais pela serras, mas aqui na cidade num tem isso não, é todo mundo junto e misturado. Aqui num existe mais aquela diferença não, é todo mundo misturado. (sic)

**Akoma:** É aquela pessoa que tem preconceito com a cor do outro. Por exemplo, se ela é branca e eu sou *pardo/negro*, aí não é porque eu sou negro, é como que minha pele é suja, nada haver isso. (sic)

**Fihankra:** E também dizer as coisas por que alguém é branco e eu sou negra, e ela não gosta de pegar em mim porque eu sou negra e fica também dizendo as coisa. (sic)

**Eban:** As vezes acontecem muito bullying.

**Akoma:** As vezes, o bullying não é só por causa da cor, pode ser por ser magro ou gordo.

## 2 - Compreensão crítica do Racismo

Fonte: Elaboração própria

O que se infere das falas dos participantes no eixo1, é que a participação deles se deu confirmando parcialmente o que já vinha sendo apontado até o momento nos resultados anteriores dessa pesquisa. Diz-se parcialmente, porque o modo como essa participação se deu varia na opinião dos próprios estudantes. Enquanto o Eban diz que faltou mais cobrança dos professores por participação, a Akoma diz que participou de festas e danças e que aprendeu sobre a cultura afrobrasileira. Já o Akoben, apesar de haver dito que não se lembrava de ter participado de grupos de planejamento das ações do projeto, falou que participou das ações de dança e música indígenas. Enquanto Eban afirma “não foi todos nós que trabalhamos, cada um ficou numa função diferente”. (sic)

Logo se infere dessas falas que a participação nos processos decisórios das ações do projeto não ganha a mesma ênfase encontrada na narrativa institucional.

Devido à percepção de insuficiência nas falas dos estudantes de detalhes sobre a participação deles no planejamento da implementação das ações do RL, se pode inferir que a participação deles não parece ter sido tão efetiva quanto ao que está posto nas narrativas institucionais presentes na análise formal, essa evidência inibe a possibilidade de definir o RL como TS porque o caráter participativo dos sujeitos alvo da ação é fundamental para essa definição, além claro da efetiva transformação social gerada pela prática. Diante das poucas palavras dos estudantes sobre a participação deles nas ações de planejamento da implementação do RL, foi dado continuidade ao grupo focal com perguntas do eixo 2.

Em análise das respostas dos estudantes às questões do eixo 2, vê-se que eles entendem que há uma exclusão do povo negro e indígena na sociedade brasileira, a primeira fala do Eban diz *“Eu acho que eles vivem meio excluído da sociedade, (...) a gente vê na televisão os índios fazendo guerra sobre os terrenos”* e ganha confirmação na primeira fala da Akoma que diz *“Tem poucos [apresentadores negros na TV], tem aquela menina do tempo que fizeram uma brincadeira besta com ela.”* Ambos mencionam a exclusão dessas minorias, o Eban particularmente tratando da exclusão sofrida pelo povo indígena e a Akoma em relação ao afro-brasileiro.

A mesma criticidade não se repete quando foi perguntado sobre qual a percepção deles em relação ao racismo na cidade de Redenção. O Eban tratando disso, em sua segunda fala do eixo 2, disse que são, principalmente, as pessoas brancas quem ocupam a parte central dos fluxos de serviços da cidade e que a presença negra nessa área é pouca. Mas na mesma fala, ele gera uma ambiguidade dizendo que na zona urbana todo mundo vive junto e misturado, ou seja, na mesma fala ele diz e contradiz gerando ambiguidade.

Outras falas deles que pareceram ambíguas foi o uso de vocabulários eufêmicos para definir práticas racistas. Isso está explícito na fala da Akoma ao dizer que a apresentadora do tempo Ana Julia (meteorologista da TV Globo) foi alvo de uma *“brincadeira”* besta, o uso do termo brincadeira e não do termo racismo revela um eufemismo semântico incabível. Brincadeira besta é uma brincadeira que não gera riso para uma das partes, enquanto que racismo é um crime hediondo e inafiançável.

Outra situação semelhante se deu em relação ao uso da palavra *bullying* como sinônimo de racismo. Bullying<sup>21</sup> é uma definição de prática genérica de violência a um indivíduo por suas peculiaridades (altura, estilo, peso, etc) totalmente diferente do conceito de Racismo<sup>22</sup> que é a discriminação a grupo étnico-racial minoritário fundamentando-se em discurso de ódio as características fenotípicas e culturais desse grupo.

De tais declarações ambíguas e eufêmicas sobre o Racismo se pode inferir que o aprofundamento da compreensão crítica sobre o racismo não foi efetivo no sentido de gerar transformação social, porque narrativas do mito da democracia racial<sup>23</sup> ainda permanecem e são reproduzidas. Mas também por ficar percebido que o racismo quando criticado com maior clareza pelos estudantes se refere ao racismo dos outros em contextos externos à realidade urbana de Redenção (o que se passa lá fora como na TV, exemplos, luta indígena e discurso de ódio contra funcionária da Globo; ou na zona rural, com os afro-brasileiros *isolados da civilização*). Essa mesma clareza de compreensão crítica do racismo não existe nas falas dos aluno/as quando tratam da sua realidade local imediata, é como se o racismo morasse no outro, lá fora.

O que se apreendeu das narrativas desses estudantes foi uma ambiguidade de posicionamentos sobre o Racismo, pois ora eles conseguem ser críticos percebendo nuances da discriminação racial a partir de fatos concretos como matérias de jornais ora eles reproduzem a narrativa ideológica do mito da democracia racial brasileira dizendo que hoje em dia o racismo em Redenção já não existe e todo mundo vive junto e misturado.

Essa ambiguidade no discurso produzido pelos estudantes compromete a definição do RL como uma TS, porque não se vê efetividade de transformação social a partir da conscientização crítica coerente, mesmo depois de terem participado dois anos num projeto que se propõe a problematizar o racismo vivido na sociedade brasileira e a valorizar a cultura afro-brasileira e indígena.

---

<sup>21</sup> Em estabelecimentos escolares, etc., provocação, intimidação, ou agressão, física ou verbal, feita por indivíduo mais desinibido, mais velho, mais forte, etc., a outro mais tímido, mais novo, mais fraco, etc. (Dicionário Aurélio)

<sup>22</sup> Qualquer doutrina que sustenta a superioridade biológica, cultural e/ou moral de determinada população, povo ou grupo social considerado como raça. (Dicionário Aurélio)

<sup>23</sup> O mito da democracia racial funda uma consciência falsa da realidade, a partir da qual “acredita-se” que o negro não tem problemas no Brasil, já que não existem distinções raciais entre nós, e as oportunidades são iguais para todos. (BASTOS, 1987, p. 148)

Disso se infere que, em certa medida, os procedimentos participativos adotados pelo projeto como estratégias para apropriação de uma compreensão crítica sobre o racismo falharam no sentido de não conseguirem deixar claro para os alunos o significado das suas ações que eram de enfrentamento ao racismo através de estratégias de valorização da cultura afro-basileira e indígena.

A identificação dessas evidências na análise das narrativas do grupo focal são determinantes para afirmar que o Rosal da Liberdade não atende idealmente aos resultados encontrados nas análises do plano formal. Significando dizer que, na prática, os estudantes não participam efetivamente do planejamento das ações do projeto, pois mesmo depois de participarem dois anos (2014 e 2015) no Rosal da Liberdade, os aluno/as não compreendem o racismo como um problema estrutural responsável por graves desigualdades socioeconômicas da sociedade brasileira.

Esses resultados do grupo focal põem incertezas quanto aos processos participativos construídos para efetivação do RL, além de não sustentarem se houve resultados de transformação social gerados pelo projeto. Assim posto, os resultados do grupo focal não corroboram os resultados encontrados na análise das narrativas institucionais, e isso impede de definir o RL na escola municipal Maria Augusta, ano 2015, como uma Tecnologia Social.

Todavia, a não definição do Rosal da Liberdade como Tecnologia Social não anula os méritos desse projeto enquanto prática educacional descentralizada da gestão pública municipal que permite a transferência de responsabilidades do planejamento da secretaria municipal de educação para um nível mais micro (a escola) e busca respeitar a diversidade socioambiental local e promover o desenvolvimento das capacidades humanas.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo exploratório foi debatido sobre Tecnologia Social mostrando uma breve revisão de literatura apresentando sua origem, suas características e alguns desafios impostos para sua aplicação como política pública. Um resultado importante dessa revisão foi a identificação de dimensões que caracterizam um projeto (prática, metodologia, arranjo, etc) quaisquer como Tecnologia Social, segundo Barbieri e Fernandes (2008), Costa (2013), Dagnino (2004) e Rutkowski e Lianza (2004). Essa revisão de literatura é relevante à medida que faz parte dos objetivos dessa pesquisa indagar se é possível a definição do Rosal da Liberdade como Tecnologia Social.

No momento seguinte a essa revisão de literatura foi feita uma contextualização do projeto Rosal da Liberdade a partir da indagação sobre qual a razão desse nome para essa política pública educacional. Nesse exercício de contextualização são encontradas evidências da história negra ocupando o espaço público e privado da cidade como, por exemplo, em estabelecimentos comerciais e pontos turísticos.

Logo em seguida a revisão de literatura e a contextualização do projeto, a investigação segue por quatro distintos procedimentos metodológicos:

O primeiro foi uma análise de conteúdo dos objetivos e ações estratégicas planejadas no documento do projeto, essa parte resultou na identificação do campo conceitual que orienta o projeto; o segundo procedimento tratou da análise desses objetivos e ações estratégicas segundo a relação deles com as dimensões que caracterizam uma Tecnologia Social, a saber, “inovação”, “apropriação das capacidades locais”, “simplicidade de implementação e manutenção”, “respeito à diversidade socioambiental” e “participação comunitária no processo decisório”.

O terceiro procedimento foi uma análise de conteúdo feita a entrevistas realizadas junto aos agentes institucionais responsáveis pelo projeto na escola municipal Maria Augusta, no ano 2015, alcançando o resultado de que as narrativas desses agentes confirmavam a *tendência* encontrada nas duas fases anteriores de que o projeto Rosal da Liberdade reunia características de Tecnologia Social.

Mas é o último procedimento metodológico que encerra essa discussão. Ele se trata de um grupo focal junto a estudantes que participaram do projeto em 2015. Nesse procedimento, o público-alvo (estudantes) participou do grupo focal respondendo à perguntas orientadas em dois eixos: o primeiro dizia respeito à metodologia de

planejamento e implementação do RL, e o segundo relacionado à apreensão da compreensão crítica dos estudantes sobre o racismo. Percebeu-se nas narrativas construídas pelos estudantes que há ambiguidades na compreensão crítica deles sobre o racismo como problema estrutural da sociedade brasileira, mesmo depois de terem passado dois anos de experiências com o Rosal da Liberdade na escola Maria Augusta.

É importante que se diga que todo esse processo investigativo teve um relevante desafio que foi não ter conseguido relatórios de avaliação dessa política pública. A constatação da inexistência de relatórios de avaliação do projeto Rosal da Liberdade realizado na escola Maria Augusta é um problema que gera perda de memória institucional prejudicando a atividade de pesquisadores interessados em conhecer sobre a participação em processos decisórios no RL e os impactos gerados por essa participação na efetivação de uma consciência crítica sobre o racismo.

Para superar esse desafio, essa pesquisa gerou procedimentos próprios de avaliação que podem ser apropriados por qualquer escola da Rede Municipal de Educação de Redenção/CE para avaliar o envolvimento dos estudantes no planejamento de ações do projeto RL bem como o impacto dessas ações na conscientização dos estudantes sobre o Racismo enquanto problema social crônico da sociedade brasileira.

Ao aplicar os procedimentos usados nessa pesquisa, particularmente o quarto procedimento, a escola aumenta as condições de o projeto Rosal da Liberdade, ou outro que trabalhe a aplicação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, se tornar efetivamente tecnologias sociais, pois as ações do projeto poderão ser monitoradas continuamente a partir da percepção do estudante e assim aprimoradas para que atenda ao referencial teórico das TS.

Espera-se que esse estudo exploratório tenha contribuído com os seus resultados para uma melhor compreensão sobre o processo de constituição das tecnologias sociais como estratégias de desenvolvimento local à medida que com a revisão de literatura e a análise do projeto Rosal da Liberdade ficaram evidenciadas dimensões caracterizantes de Tecnologias Sociais e a importância da sua aplicação em realidades sociais periféricas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Élide Rugai. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. (pp. 140-150). Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

BIN, Daniel; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Racionalidade e Política no Processo Decisório: Estudo sobre Orçamento em uma Organização Estatal** Disponível em <<http://bit.ly/28UvTst>> Acesso em 12 jun. 2016 às 16h34min

BORGES, C. D.; SANTOS, M. A. Aplicação da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista da SPAGESP – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**. jan.- jun. 2005. Vol. 6. nº 01. p. 74-80

BRASIL. CLÓVIS CARVALHO. (Org.). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Disponível em: <<http://bit.ly/28WRJd3>>. Acesso em: 18 dez. 2015 às 21h16min..

CONCEIÇÃO, Octavio A. C.. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p.85-105, abr. 2008. Mensal. Disponível em: <<http://bit.ly/1txzLEG>>. Acesso em: 10 out. 2015 às 22h33min.

CREMONESE, Dejalma. A Participação Como Pressuposto da Democracia. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 10, n. 19, p.78-102, jan. 2012. Bimestral. Disponível em: <<http://bit.ly/28GsZfG>>. Acesso em: 12 dez. 2015 às 21h34min.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. (Org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64. Disponível em: <<http://bit.ly/1YthALC>>. Acesso em: 10 out. 2015 às 01h36min.

DAGNINO, Renato. Tecnologia social e seus desafios. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. (Org.). **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 187-211. Disponível em: <<http://bit.ly/1YthALC>>. Acesso em: 10 out. 2015 às 00h56min.

DEUS, A. M. (2010). **Estudo de caso na pesquisa qualitativa em educação: uma metodologia**. In VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI. Teresina, PI. Disponível em <<http://bit.ly/1sHoCjP>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FONSECA, José Luiz Saldanha da. PESQUISAS SOBRE EFEITO ESCOLA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. Disponível em: <<http://bit.ly/1Q6W5i2>>. Acesso em: 12 jan. 2016 às 22h11min.

FEITOSA, Carlos. O significado de uma Mãe e Pai de Santo para a Espiritualidade e para a Umbanda e o que deve significar para seus Filhos de Santo e seguidores. Disponível em <<http://bit.ly/28ZCnTr>> Acesso em: 20 jun. 2016 às 23h46min.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C.. UTILIZANDO ESTUDO DE CASO(S) COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA QUALITATIVA: BOAS PRÁTICAS E SUGESTÕES. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p.07-22, jun. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1UWlvuB>>. Acesso em: 10 nov. 2015 às 01h13min.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Sociabilidade Urbana**. Coleção Passo-a-Passo. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro. 2007. 72 pp

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: TIPOS FUNDAMENTAIS. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, Mar./Abr. 1995. Disponível em: <<http://bit.ly/1YtgHCH>>. Acesso em: 12 out. 2015 às 23h15min.

\_\_\_\_\_. INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, Mai./Jun. 1995. Disponível em: <<http://bit.ly/23d3sXf>>. Acesso em: 12 out. 2015 às 23h07min.

**Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

MOREIRA, Marco Antonio. A TEORIA DOS CAMPOS CONCEITUAIS DE VERGNAUD, O ENSINO DE CIÊNCIAS E A PESQUISA NESTA ÁREA. **Investigações em Ensino de Ciências** – V7(1), pp. 7-29, 2002

PERRENOUD, Philippe. **Escola e democracia: o papel da escola na formação para a democracia**. tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PREDEBON, Eduardo Angonesi; SOUSA, Paulo Daniel Batista de. **As organizações, o indivíduo e a gestão participativa**. Disponível em: <<http://bit.ly/1UwQdyE>>. Acesso em: 18 dez. 2015 às 20h23min.

PRÉVE, Altamiro Damian et all. **Organização, processos e tomada de decisão**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

REDENÇÃO, SME. **Projeto rosal da liberdade: diversidade e cidadania na escola / lei 10.639/03 e lei 11.645/08**.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Democracia em duas dimensões: cultura e instituições**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p.863-880, out. 2009. Bimestral. Disponível em: <<http://bit.ly/1XYgN6N>>. Acesso em: 28 dez. 2015 às 11h03min.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, Jose Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 42, p.1070-1094, Nov/Dez 2008. Bimestral. Disponível em: <<http://bit.ly/24S6EXH>>. Acesso em: 12 out. 2015 às 09h42min.



RUTKOWSKI, Jacqueline e LIANZA, Sidney. **Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia?** In Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento /Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004. p.167-187. Disponível em: < <http://bit.ly/2c07Jvu> >. Acesso em: 12 out. 2015 às 09h42min.

SANTOS, Boaventura de Sousa & NUNES, João Arriscado. (2003), “Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 25-68

TABOSA, Francsico José Silva, et all. **Desenvolvimento local e capital social: uma leitura sobre os núcleos e arranjos produtivos do estado do ceará.** Disponível em < <http://bit.ly/2949IN0> > Acesso em: 23 de maio de 2016 às 10h13min.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ROZENBER, Jacob Eduardo. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista Administração Publica**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p.101-125, jul. 1997. Bimestral. Disponível em: <<http://bit.ly/1W0loaB> >. Acesso em 20 de dez. 2015 às 22h00min.

DIOGENES, Camila Gomes; AGUIAR, Jose Reinaldo (Org). **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB): Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul.** Redenção: UNILAB, 2013.

VAZ, Alexander Cambraia N.. **Participação política, efeitos e resultados em políticas públicas: notas crítico-analíticas.** Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 01, p.163-205, jun. 2011. Mensal. Disponível em: <<http://bit.ly/1UebVsY> >. Acesso em: 20 de dez. 2015 às 19h00min.